CONSELHO DE ILHA
DE SÃO MIGUEL

"Antes morrer livres que em paz sujeitos"

CONSELHO DE ILHA DE SÃO MIGUEL

ATA NÚMERO DEZ

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro, do ano de dois mil e vinte e dois, pelas 10h15, após uma tolerância de 15 minutos, reuniu o Conselho de Ilha de São Miguel, no Auditório do edifício dos Paços do Concelho de Lagoa, em Santa Cruz, conduzido pelo seu Presidente, Rui Coutinho, com as presenças e ausências dos membros constantes da lista, em anexo.

O Presidente do Conselho de Ilha, deu início à reunião, saudando todos os presentes e passando de imediato à chamada para verificação das presenças.

Após a chamada, e verificando-se a existência de quórum, o Presidente do Conselho de Ilha lamentou o facto de não ter enviado par a devida aprovação, a ata da última reunião, pelo que a enviará posteriormente a esta reunião a fim da mesma ser devidamente aprovada.

Posto isto, prosseguiu a reunião, dando seguimento à agenda de trabalhos: emissão de parecer à anteproposta do Plano e Orçamento para a RAA 2023.

Informou que lhe chegaram dois pareceres, um da Câmara Municipal de Lagoa e outro da Associação "Amigos dos Açores", mas a finalidade desta reunião é colher um parecer sobre o documento em apreço, declarando aberto o momento para intervenções à Anteproposta de Plano e Orçamento para 2023.

O Conselheiro Afonso Quental tomou a palavra, começando por cumprimentar todos os presentes. Referiu que está neste Conselho em representação da UGT e vota favoravelmente o Plano e Orçamento para 2023 por este refletir uma diminuição da taxa de desemprego e por conter políticas sociais bastante satisfatórias, tais como o aumento do Complemento Regional de Pensão, o aumento no abono de família e o aumento no apoio a

doentes oncológicos. Claramente que não estamos perante um Plano perfeito, pois gostaria de ver mais investimento para a ilha de São Miguel, mas nota uma nova visão delineada para a ilha, por isso apela a um voto favorável deste Conselho ao documento em análise.

O Conselheiro Pedro Melo, no uso da palavra referiu que, no seu entender este Plano e Orçamento é bastante negativo para a ilha de São Miguel, pois o nível de investimento para São Miguel, em 2023, sofreu uma redução de 126 milhões de euros, relativamente ao anterior Plano.

No que respeita ao seu concelho, denota que a Povoação tem uma dotação quase escassa, referindo que os 100 mil euros destinados ao Centro de Saúde são visivelmente insuficientes, já para não falar da variante Furnas/Povoação, que tem projeto adjudicado e sem qualquer verba prevista para o efeito e que era um compromisso assumido pelo atual Governo. Perante isto considera ser muito pouco o investimento quer para a ilha de São Miguel, quer para o concelho da Povoação, pelo que vota contra.

O Conselheiro Ricardo Rodrigues, interveio, começando por concordar com o colega Pedro Melo, pois o seu parecer também é negativo, uma vez que o investimento para a ilha de São Miguel diminuiu drasticamente. Frisou que, apesar de entender o endividamento zero, que é de louvar, não concorda que este seja aplicado nesta altura de crise, nem neste ano em particular, logo após uma pandemia.

Num ano que se vislumbra de crise aumentaram e muito bem o apoio às famílias e empresas, mas, em contrapartida, diminuíram o apoio para outras áreas, designadamente para a Habitação, onde se verifica pouca dotação, para a Toxicodependência que não tem verba significativa e para o Turismo que também sofreu uma significativa a diminuição de apoios.

Para além disso, os municípios mais afastados de Ponta Delgada são os que recebem menos dinheiro, quando se fala numa perspetiva de coesão para ilha.

É um Plano que não pensa na realidade concreta das famílias e das empresas e que demonstra falta de visão das problemáticas especificas que se prendem com a Habitação e com as Dependências.

Num ano em que é tão necessária a ajuda do Governo Regional, este não se endivida, quando já o fez noutros anos, por isso, face ao exposto, não vê razões para votar a favor. Não costuma haver votação concreta e não sabe qual a metodologia a que irão adotar, por isso tem em sua posse um parecer que poderá apresentar à Mesa.

O Presidente da Mesa esclareceu que a intenção desta reunião é ouvir as várias opiniões e considerações dos conselheiros, que serão lavradas num parecer único deste Conselho de Ilha.

A Conselheira Edite Preto no uso da palavra e na qualidade de Deputada Municipal da Lagoa transmitiu que este Plano e Orçamento não responde às necessidades dos lagoenses, pela clara falta de investimento para a Lagoa.

Na área social, esta anteproposta de Plano e Orçamento não prevê a construção de mais uma creche no concelho, bem como não tem em consideração o aumento de vagas e a ampliação da rede de ATL 's, tão necessárias num concelho onde se verifica o menor decréscimo populacional da Região. Este Plano também descura a criação de uma Unidade de Cuidados Continuados que permita ao Lar de Santo António aumentar a sua capacidade, bem como reflete a ausência de referência à abertura dos centros de dia nas freguesias de Santa Cruz e Água de Pau.

Edifício dos Paços do Concelho de Lagoa
Largo D. João III - 9560-045 Lagoa
Tel. 296 960 600 Fax 296 914 229
www.cmlagoa.pt
E-mail: geral@cmlagoa.pt

Na área da Saúde constata-se igualmente a ausência de investimento para a Unidade de Saúde de Lagoa e, ao nível da Tecnologia é visível a ausência de verba para dar continuidade ao projeto do Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel (Nonagon).

No âmbito da proteção da orla costeira, não há intenção de investimento sobretudo para o pontão da baía de Santa Cruz, que não contempla qualquer tipo de verba.

O financiamento previsto fica muito aquém das expetativas e, no caso da Lagoa não atende as reais necessidades do concelho.

O Conselheiro Joaquim Machado, tomou a palavra e concorda com as várias intervenções, no sentido de que é necessário, efetivamente, mais investimento para alguns concelhos, alguns dos quais já aguardam por isso há muitos anos. Todavia considera que, em menos de dois anos de governação do atual Governo não é possível satisfazer a todos.

Em seu entender, este é o maior Plano e Orçamento de sempre, ao nível do apoio social, tanto que o Conselho Económico dos Açores, após reunião, emitiu parecer favorável ao mesmo.

Salientou que, neste momento estamos sob os efeitos da pandemia e da guerra, mas o Plano e Orçamento para 2023 demonstra uma opção política corajosa, optando pelo endividamento zero. Frisou que o endividamento zero não é uma obrigação, é uma opção e resulta dos níveis de endividamento do passado, pelo que, não entende as críticas.

Assim, por todas as considerações expostas, em nome da Assembleia Municipal de Ponta Delgada o parecer é favorável.

O Conselheiro António Soares, usou da palavra, começando por referir que entende os colegas e as expectativas para mais investimento nos seus concelhos, mas no caso particular de Nordeste passou pelo mesmo durante vários anos.

Destacou que, neste Plano e Orçamento é de louvar o apoio à classe média no crédito à habitação, que vê como uma excelente medida, pelo que, vota favoravelmente o documento em análise.

O Conselheiro Hélder Medeiros tomou a palavra e referiu que a sua opinião se baseia no que aqui ouviu, e que até ao momento, não passou de melindres partidários.

Do seu ponto de vista, o facto de vivermos numa região arquipelágica acarreta um custo para as nossas contas, onde o nosso endividamento é galopante e do qual vamos recuperando minimamente. Atualmente deparamo-nos com as consequências de uma pandemia, de uma guerra e de uma inflação que não para de subir, sendo necessário manter as condições mínimas aos açorianos. O endividamento é um problema de há muito e cada Governo tem as suas opções políticas. Os Planos e Orçamento são feitos consoante aquilo que temos, razão pela qual este orçamento não é o que queremos, mas o que é possível, sendo, em seu entender, um Plano e Orçamento aceitável que votará a favor.

O Conselheiro Cláudio Almeida, entende que, de uma forma geral, o Plano e Orçamento para 2023 é positivo, quer para São Miguel, quer para Ponta Delgada, porque contempla políticas estruturais de médio e longo prazo, verificando-se a nível social o aumento do complemento de pensão, do abono de família, do Compamid e do apoio social a doentes oncológicos. Para além disso, contempla a baixa de impostos, como o IVA e o IRS e mantém as viagens interilhas a baixo custo. É um Plano que vai numa linha de desenvolvimento harmonioso a nível Açores.

Relativamente a Ponta Delgada, este Plano contempla obras importantes e que vão ao encontro das necessidades do concelho, por isso, o seu voto será favorável.

Edifício dos Paços do Concelho de Lagoa
Largo D. João III, 9560-045 Lagoa
Tel.: 296 900 600 Fax: 296 910 129
www.cmlagoa.pt
E-mail: geral@cmlagoa.pt

O Deputado António Vasco Viveiros interveio para alertar que é preciso ter algum cuidado na análise das verbas, por ilha, porque há várias verbas desagregadas, e este é um dado importante a ter em conta.

Quanto ao endividamento zero é um dos objetivos deste Governo, a médio prazo, uma vez que o endividamento dos últimos anos penalizou os açorianos, sobretudo com a herança da Sata.

Para além disso, frisou que este Orçamento baixou o peso da fiscalidade (IRS, IRC e IVA), pelo que, defende claramente os interesses dos açorianos.

Relativamente ao concelho de Lagoa salientou que, contrariamente ao que foi dito, está prevista uma verba de 5 milhões para o Nonagon, destinada ao edifício que está sendo construído. Para além disso, informou que o Governo já cofinanciou a aquisição de um terreno para o alargamento do Lar da Santa Casa da Misericórdia de Santo António e para a creche de Santa Cruz sabe que a Santa Casa já está em negociações para a aquisição de um terreno que terá também o apoio do Governo.

O Conselheiro Rodrigo Oliveira usou da palavra para esclarecer que estamos perante diferentes perspetivas que fazem naturalmente parte da dinâmica democrática.

Salientou que, neste Plano e Orçamento verifica-se a ausência de verba para dar continuidade ao projeto do Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel (Nonagon), existindo apenas dotação para o Terinov, na ilha Terceira.

Recordou que, a Lagoa representa cerca de 6% da população da Região Autónoma dos Açores, sendo de lamentar o facto de estarem destinados para o concelho da lagoa apenas cerca de 0,15% de dotação do Orçamento Regional e 0,5% de investimento desagregado

Edifício dos Paços do Concelho de Lagoa
Largo [illegible] 9560-615 Lagoa
Tel.: 296 [illegible] Fax: 296 914 229
www.conselhodailhadesaomiguel.pt
E-mail: geral@conselhodailhadesaomiguel.pt

para a ilha de São Miguel, o que não é de todo satisfatório, nem para a Lagoa, nem para São Miguel.

O Deputado Carlos Silva tomou a palavra e salientou que esta reunião é para analisar o Plano e Orçamento para 2023 e vários conselhos de ilha já emitiram os seus pareceres, alguns dos quais positivos e outros negativos.

No caso concreto da Ribeira Grande entende que este Plano e Orçamento é ausente de respostas, por exemplo para a frente/mar, onde há zero de dotação, bem como para a construção e reabilitação do Centro de Saúde, para onde estão destinados 25 mil euros, que são manifestamente insuficientes para o efeito.

No âmbito da competitividade empresarial, em 2022 houve uma dotação de 104 milhões e em 2023 está prevista uma verba de apenas 66 milhões, o que equivale a menos de 38 milhões. Ao nível da Agricultura também há uma redução de 5 milhões, o que é preocupante. Há aumento em algumas rúbricas, enquanto outras sofrem reduções severas.

No que concerne à redução fiscal, importa não esquecer que, em 2022, a Região está a receber mais receita, proveniente dos impostos da inflação.

O endividamento é um mal necessário e o maior corte foi para a ilha de São Miguel. Quer seja por opção, ou por obrigação e se as receitas não forem executadas, não há almofada financeira para suporte, pelo que é bom frisar esses aspetos.

O Conselheiro Joaquim Machado referiu que não vale a pena continuar a insistir na ideia de corte, porque estamos perante uma proposta de Plano e Orçamento onde estão previstos 244 milhões para 2023, logo não é correto falar de cortes numa proposta.

O Conselheiro Pedro Almeida tomou a palavra intervindo em representação dos Presidentes de Junta de Freguesia. Assim, começou por referir os acordos de cooperação do Governo com as Juntas de Freguesia, cuja rúbrica efetivamente sofreu um aumento de 63 mil euros, mas que, na realidade, desse montante, pouco caberá a cada Junta e não dará para fazer face à inflação. É unânime que as Juntas e os seus presidentes são os que levam o embate por serem os mais próximos da população, sendo os parentes pobres do Poder Local e este Plano e Orçamento poderia ser uma oportunidade para colmatar este estigma.

Para além disso frisou os enormes constrangimentos que as Juntas de Freguesia estão a sofrer com a alteração dos Programas de Emprego, não havendo sequer uma rúbrica específica para colmatar a redução desses programas.

Referiu também que, a nível regional, neste Plano e Orçamento há um claro corte no investimento público, designadamente de 30% nas Obras Públicas e de 45% nas Estradas Regionais e, no que concerne à Habitação, que é o problema da esmagadora maioria das freguesias de São Miguel, lamenta que o Governo não tenha tido uma atenção especial para esta que é uma verdadeira carência e prioridade.

A Conselheira Luísa Cordeiro também usou da palavra e manifestou a sua preocupação com a subida exponencial da inflação, em contexto de crise. Os salários são baixos e a pobreza e exclusão social são problemas urgentes que precisam ser resolvidos, de forma séria e cuidada. A precariedade e a política dos baixos salários têm de ser combatidas, com salários mais dignos. De acordo com os últimos censos verificou-se uma descida da taxa de natalidade devido à falta de condições dadas aos pais para terem mais filhos, a que, para além dos baixos salários já referidos, se juntam os horários de trabalho longos, desregulados e inflexíveis que não possibilitam a conciliação da vida pessoal e familiar com a vida

profissional, acrescendo ainda o facto de que as redes de creche e ATL's são diminutas e os horários dos transportes públicos não oferecem margem.

A Conselheira Rosa Simas também usou da palavra para alertar que seria importante incluir neste Plano e Orçamento as questões de género, que nem sequer são referenciadas e que são uma realidade esquecida, mas muito preocupante.

O Conselheiro Marco Furtado na qualidade de ribeiragrandense e de Presidente de Junta interveio para manifestar que é importante invocar o passado, mencionando concretamente a obra do Porto de Santa Iria que se arrasta há mais de 18 anos e nunca foi realizada. Ao nível das freguesias, frisou que é necessário o Governo Regional dar mais atenção às Juntas, manifestando o seu parecer positivo ao Plano e Orçamento.

O Conselheiro João Medeiros usou da palavra para informar que a Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada elaborou um vasto parecer que irá entregar à Mesa, todavia mencionou a redução de verba ao nível do Turismo que é essencial para expansão económica da Região, por ser uma janela de oportunidades. Do seu ponto de vista o endividamento zero é efetivamente positivo, mas não se pode reverter esta situação às empresas. No que respeita à questão fiscal é uma reivindicação antiga da Câmara do Comércio, considerando bastante positivo a manutenção das passagens interilhas a baixo custo.

O Conselheiro Válter Melo, em representação das Associações Agrícolas manifestou a necessidade de reforçar a manutenção dos caminhos agrícolas, bem como o abastecimento de água e a eletrificação dos caminhos agrícolas. Ressalvou que, em termos de operacionalidade do Porto de Ponta Delgada está em falta uma grua e mais um rebocador que causam transtornos à Agricultura.

Outro assunto para o qual alertou foi a desratização que é um problema ao nível da ilha de São Miguel e que tem de ser tratado em conjunto com os municípios a fim de ser combatido. Outra problemática a nível ilha prende-se com a aplicação de estrumes e chorumes que apesar de terem legislação, os agricultores confrontam-se com enormes dificuldades para aplicá-los.

Terminou frisando que a maior preocupação deve ser a execução do Plano e Orçamento que muitas vezes fica aquém, sobretudo no que respeita ao reforço dos caminhos agrícolas.

O Conselheiro Diogo Caetano, representante da Associação "Amigos dos Açores" reforçou que já haviam enviado parecer à Mesa, todavia manifestou que mais importante do que um parecer é a verificação da execução do Plano e Orçamento, a cada ano, pois há medidas que acabam por nunca ser executadas, nem implementadas, sendo meramente adiadas, quase "ad eternum".

O Conselheiro Emanuel Santos também usou da palavra para manifestar descontentamento no que respeita ao estacionamento abusivo na zona sul de acesso à Lagoa do Fogo, que é caótico sobretudo durante o verão, dificultando a passagem dos agricultores e é um problema que já se arrasta há muito e para o qual nada foi feito.

Alertou também que no início deste ano houve uma derrocada numa praia de Água d' Alto que é bastante visitada por turistas e cujo risco de nova derrocada é iminente. Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia e membro da Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo, já comunicou e diligenciou junto das entidades competentes e até ao momento nada foi feito, nem está nada previsto neste Plano e Orçamento, o que é de lamentar.

O Conselheiro Ricardo Rodrigues usou da palavra para expor que após todas as intervenções deverá sair deste Conselho de Ilha um parecer que reflita tudo o que aqui foi exposto.

Edifício dos Paços do Concelho de Lagoa
Largo D. João III | 9560-045 Lagoa
Tel.: 296 940 400 Fax: 296 914 229
www.conselhodailhasaomiguel.pt
e-mail: geral.conselhodailhasaomiguel.pt

De modo a facilitar, sugeriu que como aspetos positivos sejam apontadas as medidas de âmbito regional, nomeadamente os apoios sociais, a baixa de impostos e as passagens interilhas a baixo custo. Já ao nível da ilha de São Miguel o parecer deverá transparecer a expetativa de mais investimento e de algum desconforto.

O Conselheiro Hélder Medeiros interveio e fez um apelo à razoabilidade, enumerando todas as obras previstas no Plano e Orçamento 2023 para a ilha de São Miguel. Certamente nem todas serão executadas porque a situação atual é péssima, mas temos o orçamento possível. Também entende que este não é o melhor orçamento para as Juntas de Freguesia, mas é o que é possível e as mudanças ganham-se no tempo.

O Conselheiro Alexandre Gaudêncio, perante a diversidade de opiniões, entregou um parecer à Mesa, para ser votado, o qual é favorável à anteproposta de Plano e Orçamento para 2023.

O Presidente da Mesa recebeu o parecer, mas ressalvou que o parecer final deverá retratar tudo o que foi discutido neste Conselho de Ilha, com a síntese de todas as intervenções positivas e negativas ao documento em análise.

O Conselheiro Joaquim Machado entende a dificuldade formal para a elaboração do parecer a apresentar, mas tem de haver um sentido de voto deste Conselho de Ilha, ou a favor ou contra, refletindo todas as intervenções e contendo todos os pareceres entregues em anexo.

O Presidente da Mesa informou que o documento será colocado a votação e o resultado apurado é que será o válido.

O Conselheiro Cláudio Almeida alertou que é importante rever o papel dos conselhos de Ilha e a sua legislação.

O Presidente da Mesa, conselheiro Rui Coutinho salientou que, nem em 2021, nem em 2022 este Conselho teve a oportunidade de reunir com o Presidente do Governo Regional dos Açores, quando a legislação prevê uma reunião, em setembro, lamentando profundamente que isto aconteça.

O Conselheiro Ricardo Rodrigues, a fim de facilitar, entregou também um parecer, que deverá ser anexado ao parecer final deste Conselho de Ilha, tal como todos os outros entregues.

Posto isto e terminadas todas as intervenções o Presidente da Mesa colocou a anteproposta de Plano e Orçamento para 2023 a votação da qual constou o seguinte apuramento:

- 25 votos a favor;

- 12 votos contra;

- 2 abstenções.

Terminada a votação, e dado o avançar da hora, o Presidente do Conselho de Ilha agradeceu a presença de todos e o acolhimento por pare da Câmara Municipal de Lagoa, para a realização desta reunião, a qual deu por encerrada, pelas treze horas e dez minutos e da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim, que a secretariei, indigitada para o efeito e pelo Presidente da mesa, Rui Coutinho, que a conduziu.

O Presidente da Mesa do Conselho de Ilha de São Miguel

A Secretária indigitada

Maria Odete Pinho Abreu